

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ CORPOS, LUGARES E PESSOAS: INFLEXÕES ENTRE SENTIDOS DE TERRAS E TERRITORIALIDADES AMERÍNDIAS E CAMPONESAS

ELIS FERNANDA CORRADO

MARINA SOUSA

NASHIELI RANGEL LOERA

A proposta deste dossiê surge no ano de 2020, em plena pandemia de Covid-19 e ainda sob os efeitos do governo Bolsonaro. Ela nasce das inquietações das trajetórias de pesquisas individuais e das inspirações das lutas cotidianas dos povos indígenas, das populações camponesas e tradicionais pela defesa de seus territórios e modos de vida.

As ocupações e retomadas de terras realizadas pelos indígenas de norte a sul do Brasil remontam há pelo menos quatro décadas. Da mesma forma, populações rurais e quilombolas lutam há muito tempo não só pela reforma agrária e o reconhecimento e titulação de suas terras, respectivamente, mas atuam também na defesa de seus territórios contra a ação de grileiros, madeireiros e garimpeiros, além dos assédios do setor agropastoril e imobiliário.

No centro desses conflitos estão a terra e florestas, rios, bosques, lagoas, pastos e outros ecossistemas apontados pelo mundo capitalista como “fonte de recursos”. Há uma disputa clara entre, de um lado, a terra vista como essencial para o chamado “desenvolvimento” do país e, do outro, um coro entoado por populações que habitam esses diversos territórios e que defendem outros modos de existir e formas próprias de vida.

Nos últimos anos, os ataques a esses modos de existência, em nome do “desenvolvimento”, do “progresso” se intensificaram, ainda que, como já demonstrou Levi-Strauss em *Raça e História*

(1952), esta ideia de “progresso”, vinculada à ideia de ‘avanço’, a de um movimento que, como uma locomotiva, anda em uma única e possível direção para um “futuro promissor”, não seja nada nova.

Os povos indígenas, por exemplo, sofreram com tentativas oficiais de invasão aos seus territórios que ganharam força nos quatro anos da gestão Bolsonaro (2019-2022), na forma de proposição ou reatualização de projetos de lei que pretendiam autorizar a exploração de recursos em terras indígenas. Foi o caso do Projeto de Lei (PL) 191/2020, que visava autorizar atividades, em terras indígenas, de mineração, hidrelétricas, geração de petróleo e gás e agricultura em grande escala. Outro caso foi a criação, via decreto presidencial, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape), que buscava apoiar e incentivar o garimpo em terras indígenas e áreas de proteção ambiental, principalmente na região amazônica. Outro ataque se deu pela tese do “marco temporal”, a qual pressupõe que a demarcação de terras ocorra somente em locais ocupados até a data de promulgação da Constituição de 1988, ferindo diretamente o direito originário promulgado pela própria Carta Magna. Embora tenha sido julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023, a mesma tese vigora atualmente na Lei Ordinária 14701/2023, fruto do PL 490/2007, que ainda defende a revisão de terras indígenas já demarcadas, fragilizando a garantia dos direitos dos povos indígenas bem como a conquista de terras demarcadas nas últimas décadas.

Ressalta-se que no cenário brasileiro são predominantes os discursos que associam a terra à propriedade, à fonte de renda e ao trabalho. Para Antonádia Borges (2014), essa concepção de terra como propriedade privada estaria enraizada no passado colonial do Brasil. E esta relação terra-propriedade está inclusive ancorada na própria legislação, que muitas vezes deve ser acionada pelos povos indígenas para encarar as restrições aos

seus direitos frente a essas medidas tomadas pelo Estado e frente a empreendimentos que ameaçam seus corpos e seus territórios de vida.

No campo acadêmico, a noção de “terra”, da perspectiva da antropologia tem um longo caminho percorrido, mas, as discussões vão sendo renovadas a partir de novas pesquisas e estudos etnográficos contemporâneos. A publicação da Revista *Entreterras* (2017) apresenta, por exemplo, a noção de T/terra enquanto princípio de análise teórica-metodológica. Essa proposta considera os diferentes processos de deslocamento no espaço e a configuração territorial como elementos que permitam acessar outras relações e outros processos complementares. Essa noção que figura como princípio ou como uma espécie de pivô de reflexão, ainda que pensada a partir de contextos etnográficos e demandas dos povos indígenas, pode se estender a outras populações, que assim como as indígenas têm seus corpos e suas vidas intimamente imbricados a seus territórios, a seus lugares de vida, como é o caso das populações camponesas. Na mesma esteira, estão as discussões trazidas por Calávia Saez (2015) sobre a necessidade de se pensar as terras indígenas para “refletir sobre as terras de todos e qualquer um” e de Marisol de la Cadena (2010) de se pensar terra como equivocação¹.

Por sua vez Chaguri (2016) e Corrado (2023), alertam para as diferentes noções e sentidos de terra, ou seja, o que é terra para o grande proprietário e para o setor imobiliário não é percebida da mesma maneira pelo camponês, pelo trabalhador rural, pelos indígenas e pelas populações tradicionais. Estes percebem a terra por outros ângulos, por isso há uma necessidade de se promover um alargamento das definições sociais, simbólicas e políticas sobre a terra (Chaguri, 2016).

Destacamos também pesquisas recentes como de Sandra Benites (2018) e de Eliel Benites (2021), em que mostram como os corpos Guarani e Kaiowá são produzidos a partir da relação com os seus territórios tradicionais. Nesse mesmo sentido, os

¹ Marisol de la Cadena parte da noção de equivocação de Viveiros de Castro (2004).

trabalhos de acadêmicas indígenas, através das categorias corpo-território (Aurora Baniwa, 2018, 2022) e “corpoterritorialização” (Barboza, et al., 2019) falam da importância dos lugares na construção da pessoa, principalmente na formação do corpo feminino. As edições das Marchas das Mulheres Indígenas, realizadas desde 2019, também levam para o debate público a relação corpo-território, uma relação, que como vem sendo apresentada é tanto de cuidar como de ser cuidada pela terra.

Essas são perspectivas relevantes, principalmente se quisermos ampliar o olhar e refletir sobre as inflexões entre as lutas indígenas, das populações tradicionais e camponesas pelo direito e defesa de suas terras e territorialidades (CORRADO, 2023).

Dentro desse debate, descentrar ou descolar à terra da noção de recurso e de propriedade e trazer outros sentidos existentes entre populações ameríndias e camponesas, como corpo-território, por exemplo, são algumas das questões que se colocam neste dossiê. Assim, os textos reunidos aqui buscam ampliar a discussão sobre terra e territorialidade, somando-se a estudos recentes que vem colocando-as como categorias centrais de análise em diversos contextos etnográficos.

Nesta perspectiva, o dossiê pretende contribuir com o entendimento das formas de resistência, sociabilidade e processos territoriais entre camponeses, comunidades tradicionais e indígenas na contemporaneidade, que, como poderá ser visto, está intimamente relacionada com a produção de corpos, lugares e pessoas. O alargamento dos campos etnográficos tem como principal propósito extrapolar e repensar divisores acadêmicos que formalmente repartem espaços sociais longe de estarem apartados no cotidiano de lutas e práticas políticas.

As presentes produções abordam a noção de territorialidade e seus derivados como categorias privilegiadas para compreender formas de organização sociopolítica e suas relações com a alteridade frente a diferentes cenários de disputas e de possibilidades de diálogo com o Estado.

Em se tratando da diversidade de campos etnográficos, passamos pelas terras dos indígenas Xucuru do Ororubá, atravessando as tipologias dos assentamentos rurais e mulheres assentadas no estado do Mato Grosso do Sul para, em seguida, navegarmos nas redes da pesca coletiva na Ilha do Mel, no litoral paranaense e vislumbrarmos os também engajados com o mar, caiçaras do litoral norte paulista. Por fim, o jogo entre seco e molhado emerge do norte de Minas Gerais junto aos quilombolas-pescadores das vazantes do rio São Francisco.

Estas contribuições atuais e em diálogo com as discussões teóricas contemporâneas apontam para a multiplicidade de sentidos de terras e territorialidades ameríndias, tradicionais e camponesas no Brasil. Dentre as múltiplas formas de pensar a terra e o território, as seguintes dimensões das etnografias e contribuições teóricas surgem em relevo:

1) Investigação dos modos indígenas, de comunidades tradicionais e camponeses de viver, resistir e habitar, tendo como fio condutor narrativas acerca da paisagem, mobilidade e tempo;

2) Códigos de luta, reivindicação, permanência na terra e autodemarcação, no caso indígena, bem como os impasses dos poderes jurídico, econômico e político diante da teoria da propriedade indígena, tradicional e camponesa e seus impactos sobre a concepção moderna de terra, tratada como um recurso econômico;

3) Processos territoriais e suas inflexões nas relações de solidariedade, hostilidade, socialidade e noção de pessoa.

A esse respeito, Edmilson de Souza aponta a importância da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) no cenário de mobilizações que articulam os povos de tais regiões. Para além da análise das formalidades institucionais e sua indispensabilidade para o diálogo com o Estado, o autor percebe as “potências político-rituais” envolvidas nos momentos de assembleias e atos públicos

como engendradas no próprio fazer político, na resistência e nas retomadas. Graves e contundentes são as denúncias de violação de direitos humanos feitas por Edimilson de Souza ao enfrentar a grafia como forma de mobilização e reflexão teórica, que nos guia por um percurso histórico de violentas intervenções estatais, omissão do poder público e desrespeito aos direitos dos povos originários.

Em *Tragédias e Contendas nos Assentamentos Rurais*, ao analisar os projetos de assentamentos rurais na região Amazônica, Jorge Luís Nascimento Soares e Alfredo Kingo Oyama Homma classificam os assentados entre “forasteiros” e a população local. Para os autores, perceber essa diferença, que diz também sobre os modos dessas pessoas de se relacionarem com o território e a floresta, é fundamental na proposição de políticas públicas voltadas aos assentamentos rurais e que, portanto, deveriam estar alinhadas às especificidades de cada família assistida e não a “fórmulas pré-estabelecidas” de gestão.

“Criam as Leis sem nos consultar”: território na Baía dos Castelhanos, Ilhabela, conta o drama da população caiçara de Castelhanos após a criação do Parque Estadual de Ilhabela, que impôs para esses moradores uma série de regulamentações e proibições sem ao menos serem ouvidos. Paula Affonso de Araujo Silva nos apresenta as paisagens e as vidas desses caiçaras emaranhadas a terra e ao mar e, ao mesmo tempo, com órgãos públicos, documentos e legislações. Contudo, a autora não deixa de dizer sobre os modos de vida caiçara e de como a pesca, assim como existir no mundo é um ato de resistência e de luta caiçara. Através de sua etnografia a autora mostra como o passado é um lugar que não deve ser esquecido.

Ainda na paisagem terra e água, resistem os quilombolas pescadores cujas vidas estão atreladas à defesa e à luta pelo território coletivo às margens do Rio São Francisco, no norte de Minas Gerais, como nos mostram Rafael Pereira Santos e Roberta Alves Silva. Em “as cosmografias dos quilombolas pescadores:

reprodução da vida e do trabalho no seco e no molhado” é a chegada do latifúndio na década de 1970, se sobrepondo ao território quilombola, o evento que altera a vida da população local, até os quilombolas iniciarem a reapropriação das suas terras, num movimento de retomada em 2012. Aqui as leis e normativas também são um ponto crucial na análise, mas, para os autores convergem para a garantia de salvaguardar o conhecimento e a gestão dos quilombolas pescadores de seus territórios através da criação de um Sistema Agrícola de Importância Mundial (GIAHS). Rio, terra, pessoas e conhecimentos são indissociáveis, mesmo porque, como nos contam os autores, foi o “ povo que forjou com seu próprio corpo o caminho do rio”.

Os corpos Kaiowá também deixaram suas marcas na paisagem, como narra Eliel Benites na entrevista que nos concedeu. Os córregos e os rios são exemplos dessas marcas deixadas nos lugares, após muita dança e reza Kaiowá. O entrevistado, também nos fala de como a terra é parte da produção e da transformação dos corpos e das vivências, ao mesmo tempo que os territórios dependem dos corpos saudáveis dos Kaiowá para serem reconstruídos. Essas são algumas das reflexões das suas pesquisas, mas também são parte da sua trajetória de vida onde a educação indígena e a luta pela terra se misturam. Nessa entrevista emocionante, Eliel Benites nos mostra como falar do *tekoha* (território) também é falar de afeto.

Por fim, o efeito produzido esperado é que essas leituras possam contribuir com o alargamento das definições conceituais, metodológicas, de resistência, luta e conflitos que parecem ser centrais para o entendimento das disputas pela terra e as populações que atuam em defesa de seus territórios, considerando que estas questões extrapolam divisores aparentemente inflexíveis e, comumente, estão presentes no cotidiano de povos indígenas, camponeses e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- BENITES, Sandra. *Viver na língua Guarani Nhandeva (mulher falando)*. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2018.
- BENITES, Eliel. *A Busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá*. Tese de doutorado em Geografia. UFGD, Dourados, MS, 2021.
- AURORA BANIWA, BRAULINA. *Indígenas Mulheres: Corpo território em movimento*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 2022.
- AURORA BANIWA, BRAULINA. Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados. *Vukápanavo: Revista Terena* 1(1): 165-170, 2018.
- BARBOZA, Myrian Sá Leitão; YE'PADILHO TUKANO, Larissa Duarte; XAMEN WAIWAI, Jaime. Corpoterritorialização' Katukina: lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. *AMAZÔNICA, Revista de Antropologia (ARA)*. Corpo, terra, perspectiva: o gênero e suas transformações na etnologia. vol. 11, nº 2, Pará, 2019.
- BORGES, Antonádia. "Terra" In: *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. ABA/Edufba, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 357-399. (Edição original 1952)
- CADENA, Marisol de la. "Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections beyond 'Politics'". *Cultural Anthropology*, v. 25, Issue 2, 2010.
- CALÁVIA SAEZ, O. O território, visto por outros olhos. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 1, 2015.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. A terra como ponto de vista. Paper apresentado no 40º *Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu — MG, 2016.

COELHO DE SOUZA, Marcela (coord.). *T/terras indígenas e territórios conceituais: incursões etnográficas e controvérsias públicas* projeto de pesquisa. Brasília, UnB, v.1, nº1, 2017.

CORRADO, Elis Fernanda. *Quando a cidade avança em terras Kaiowá e Guarani: Retomadas, reservas e especulação imobiliária em Dourados (MS)*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, UNICAMP, Campinas, 2023.

ENTRETERRAS, Brasília, v. 1, n. 1, junho 2017.

ELIS FERNANDA CORRADO — Doutora em Antropologia Social PPGAS/UNICAMP. Antropóloga do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul (NUPIIR/DPEMS) e Pesquisadora Colaboradora do Centro de Estudos Rurais (CERES) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp). E-mail: ageelis@yahoo.com.br

MARINA SOUSA — Antropóloga e Pesquisadora Colaboradora do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp). E-mail: marina.antrorr@gmail.com

NASHIELI RANGEL LOERA — Coordenadora geral de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), coordenadora de projeto de internacionalização PRINT-CAPES da Unicamp e editora-chefe da revista RURIS.

